



Concurso Público para provimento dos cargos efetivos de servidores
do Poder Judiciário do Estado do Acre

ANALISTA JUDICIÁRIO - PEDAGOGO

CADERNO DE QUESTÕES

24/03/2024

DISCIPLINA	QUESTÕES
Língua Portuguesa	01 a 10
Raciocínio Lógico e Matemático	11 a 15
Atualidades e História, Geografia e Conhecimentos Gerais do Brasil e do Acre	16 a 20
Noções de Informática	21 a 25
Legislação	26 a 30
Conhecimentos Específicos do Cargo	31 a 60
Prova de Redação	-

SOMENTE ABRA ESTE CADERNO QUANDO AUTORIZADO

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES

Atenção: Transcreva no espaço designado da sua FICHA DE IDENTIFICAÇÃO, com sua caligrafia usual, considerando as letras maiúsculas e minúsculas, a seguinte frase:

O canto da cigarra anuncia a chuva.

1. Quando for autorizado abrir o caderno de questões, verifique se ele está completo ou se apresenta imperfeições gráficas que possam gerar dúvidas. Se isso ocorrer, solicite outro exemplar ao(a) fiscal de sala.
2. Este caderno é composto por questões de múltipla escolha. Cada questão apresenta quatro alternativas de respostas, das quais apenas uma é a correta.
3. O cartão-resposta é personalizado e não será substituído em caso de erro no preenchimento. Ao recebê-lo, confira se seus dados estão impressos corretamente. Se houver erro de impressão, notifique o(a) fiscal de sala.
4. Preencha, integralmente, um alvéolo por questão, utilizando caneta de tinta AZUL ou PRETA, fabricada em material transparente. A questão deixada em branco, com rasura ou com marcação dupla terá pontuação ZERO.

CONCURSO PÚBLICO

Leia o Texto 1 e responda às questões de 1 a 4.

Texto 1

O ano é 1975, são cinco horas da manhã e meu pai veio me acordar para viajarmos para a praia. A ansiedade por esta viagem impediu que eu tivesse uma boa noite de sono. Viajar para a praia na década de 1970 era uma grande aventura, que começava pelo carro que levava seis pessoas e mais a bagagem. Até hoje não consigo entender como isto era possível – quatro filhos mais pai e mãe dentro de uma Variant.

Nesta época, meu sonho de consumo era ter um kichute, um tênis de beleza duvidosa, que era a sensação de minha geração. Fazíamos as pesquisas da escola em enciclopédias – a *Barsa* e a *Delta Larousse* – e não tínhamos a possibilidade de usar a estratégia Ctrl C/Ctrl V, era tudo copiado na mão mesmo.

Escrevíamos cartas para nos comunicar com os amigos distantes e alguns ainda tinham o hábito de fazer diários. Na faculdade, usávamos o sistema Comut para conseguir um artigo que poderia levar meses para chegar em nossas mãos e a internet ou os primórdios dela era discada.

Se você se identificou com estas lembranças, provavelmente faz parte da Geração *Baby Boomers* (nascidos entre 1946 e 1964) ou da Geração X (1965-1980) que viajava no “chiqueirinho” do Fusca (parte traseira do carro) e não sabia por que os automóveis vinham com cinto de segurança.

Cada época é marcada por determinados acontecimentos culturais, políticos, sociais e econômicos que impactam o contexto de vida, a visão de mundo e a forma de se relacionar das pessoas que nascem e vivem em determinado período. Essa é a ideia que embasa a divisão por grupos geracionais.

Não há um consenso sobre o ano em que começa e termina cada um, mas uma divisão possível para esses grupos é, além dos *Baby Boomers* e da Geração X, a Geração Y ou *Millennials* (1981-1996), a Geração Z (1997-2010) e, ainda, a Geração Alfa, que compreende os nascidos a partir de 2010.

TOURINHO FILHO, Hugo. Conflito de gerações e a arte de ensinar na sociedade contemporânea. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/conflito-de-geracoes-e-a-arte-de-ensinar-na-sociedade-contemporanea/>. Acesso em: 9 fev. 2024. [Adaptado].

QUESTÃO 01

O excerto textual se desenvolve em torno do tema:

- (A) nostalgia originada por lembranças do passado.
- (B) viagens de férias em família na década de 1970.
- (C) modelos de carros antigos como Variant e Fusca.
- (D) classificação de gerações por épocas específicas.

QUESTÃO 02

Quanto ao modo de organização, no excerto, predomina a sequência linguística:

- (A) argumentativa.
- (B) narrativa.
- (C) injuntiva.
- (D) dialogal.

QUESTÃO 03

No quinto parágrafo, o pronome demonstrativo “Essa” funciona como mecanismo de coesão:

- (A) sequencial.
- (B) referencial anafórica.
- (C) lexical.
- (D) referencial catafórica.

QUESTÃO 04

No primeiro parágrafo, os Algarismos que fazem referência aos anos citados no trecho em questão (1975 e 1970, respectivamente) funcionam, dentro dos períodos oracionais em que ocorrem, respectivamente, como:

- (A) predicativo do sujeito e adjunto adnominal.
- (B) objeto direto e adjunto adverbial.
- (C) complemento nominal e aposto.
- (D) agente da passiva e objeto indireto.

Leia o Texto 2 e responda às questões de 5 a 8.

Texto 2

Geração TikTok: nova geração não consegue ouvir músicas com mais de 3 minutos

Geração TikTok e a audição ansiosa: o que mudou no mundo da música?

De acordo com as principais plataformas de *streaming* de música (*Amazon Music*, *Deezer* e *Spotify*), a Geração TikTok, ou seja, a Geração Z, considera músicas com mais de 3 minutos muito longas. No geral, as canções com até 2 minutos e 30 segundos são as mais consumidas por esse público.

Esse fenômeno já ganhou um nome, “audição ansiosa”, e está mudando a forma como os artistas produzem suas músicas. Agora, quem não cria uma canção que vai direto ao ponto perde ouvintes nos primeiros segundos — algo que pode parecer muito estranho para o público da época de *Faroeste Caboclo*, *November Rain* e *Stairway to Heaven*.

O motivo dessa preferência por músicas menores parece ser um reflexo das redes sociais, especialmente o TikTok. Há tempos, os conteúdos nas redes sociais são apresentados de forma extremamente rápida.

Por exemplo, o *Twitter* aceita pouco texto, o TikTok aceita vídeos de no máximo 3 minutos, o *WhatsApp* e as plataformas de *streaming* de vídeo e música possuem a opção de reprodução acelerada. Por isso, os tutoriais de 15 minutos do *YouTube* estão perdendo espaço para conteúdo de 15 segundos no TikTok. Como resultado, a Geração Z está mais ansiosa e não tem paciência para apreciar músicas mais longas.

PONTES, Márcio Miranda. *Geração TikTok e a audição ansiosa: o que mudou no mundo da música?* Disponível em:

<https://www.sabra.org.br/site/geracao-tiktok>. Acesso em: 9 fev. 2024. [Adaptado].

QUESTÃO 05

De acordo com suas características estruturais e o conteúdo abordado, a função social e o principal objetivo do texto é:

- (A) ironizar a Geração Z por demonstrar impaciência para ouvir músicas com mais de dois minutos e meio.
- (B) propagar, entre as gerações mais velhas, as principais plataformas de transmissão de música que atuam na Internet.
- (C) informar alterações na produção musical possivelmente decorrentes de tendências refletidas nas redes sociais.
- (D) enaltecer o gosto musical do público ouvinte de músicas lançadas nas décadas de 1960, 1970 e 1980.

QUESTÃO 06

No trecho “O motivo dessa preferência por músicas menores parece ser um reflexo das redes sociais, especialmente o TikTok”, a locução verbal indica que, em relação ao que está afirmando, o enunciador:

- (A) está convicto de sua veracidade.
- (B) emite opinião com teor de descrédito.
- (C) possui descompromisso com a verdade.
- (D) apoia-se em indícios de evidências.

QUESTÃO 07

No último parágrafo, o primeiro período sintático compõe-se da coordenação assindética de orações justapostas e relacionadas, semântica e discursivamente, pelas noções de:

- (A) oposição e quebra de expectativa.
- (B) adição e sequencialidade.
- (C) escolha ou alternância.
- (D) conclusão e consequência.

QUESTÃO 08

No segundo parágrafo, as aspas servem para:

- (A) marcar um discurso direto.
- (B) indicar o emprego de um arcaísmo.
- (C) destacar uma expressão de uso recente na língua.
- (D) fazer a transcrição do trecho de um outro texto.

Leia o Texto 3 e responda às questões de 9 e 10.

Texto 3

ENQUANTO ISSO, NA CASA DO VOVÔ...



Disponível em: <https://i.pinimg.com/564x/a4/20/49/a42049e9a94c1b8b4625d58bb34c7739.jpg>
Acesso em: 9 fev. 2024.

QUESTÃO 09

A quebra de expectativa da charge decorre do fato de:

- (A) um conflito de gerações diferentes poder ser resolvido a partir da troca de conhecimentos técnico-científicos entre representantes dessas gerações.
- (B) o grupo de jovens demonstrar amplo e improvável conhecimento técnico-científico do funcionamento de computadores e internet.
- (C) o idoso demonstrar completa incompreensão do significado dos termos técnicos usados pelos personagens jovens.
- (D) um conflito intergerações ser agravado pelo fato de os jovens usarem linguagem informal e muitas gírias para se dirigir ao idoso.

QUESTÃO 10

Na charge, as palavras exclamativas, no início da fala de cada personagem jovem, são interjeições cujos significados estão associados às seguintes reações:

- (A) admiração e espanto.
- (B) dúvida e apelo.
- (C) animação e satisfação.
- (D) frustração e impaciência.

QUESTÃO 11

Um aparelho de TV custava R\$ 2.280,00. Na Black Friday, seu preço sofreu uma redução de 5% e, uma semana depois, seu preço aumentou em 5%. Qual o valor da TV após a redução e o aumento do seu preço?

- (A) R\$ 2.250,36.
- (B) R\$ 2.274,30.
- (C) R\$ 2.280,00.
- (D) R\$ 2.298,24.

QUESTÃO 12

Um estudante resolveu todos os exercícios de uma lista em cinco dias. No primeiro dia, resolveu a metade dos exercícios. No segundo dia, resolveu a metade dos exercícios restantes. No terceiro dia, resolveu a metade dos exercícios restantes. No quarto dia, resolveu a metade dos exercícios restantes e mais um exercício. No quinto dia, resolveu os três exercícios que faltavam. Se n é o número de exercícios da lista, quanto vale o produto dos algarismos de n ?

- (A) 12.
- (B) 18.
- (C) 24.
- (D) 32.

QUESTÃO 13

Quantos são os anagramas da palavra ACRE nos quais as vogais não estão juntas?

- (A) 12.
- (B) 18.
- (C) 20.
- (D) 21.

QUESTÃO 14

Considere os dois investimentos a seguir:

- I) Um capital de R\$ 1.000 foi aplicado a juros compostos, com taxa de 7% ao ano, durante 3 anos.
- II) Um capital de R\$ 2.000 foi aplicado a juros compostos, com taxa de 5% ao ano, durante 2 anos.

Qual é a diferença entre os juros gerados pela aplicação I e a aplicação II?

- (A) R\$ 0,00.
- (B) R\$ 12,00.
- (C) R\$ 18,00.
- (D) R\$ 20,00.

QUESTÃO 15

Leia a tabela a seguir.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o crescimento populacional do Acre, de 1920 a 2010, se deu da seguinte forma:

Ano	População
1920	92.379
1940	79.768
1950	114.755
1960	160.208
1970	218.006
1980	306.893
1991	417.165
2000	557.882
2010	733.559

Censo 2022 – Panorama. Disponível em: https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/?utm_source=ibge&utm_medium=home&utm_campaign=portal. Acesso em: 22 fev. 2024.

A população do Acre, de acordo com o censo de 2022, era de 830.018 habitantes. Posto isso, a diferença entre a mediana dos tamanhos populacionais de 1920 a 2022 e a mediana dos tamanhos populacionais de 1920 a 2010, exposta na tabela, é

- (A) 44.443,5.
- (B) 57.798,0.
- (C) 88.887,0.
- (D) 102.241,5.

QUESTÃO 16

Uma das maiores preocupações da Saúde Pública no ano de 2024 é a disseminação da dengue, uma doença cujo vírus é um arbovírus transmitido pela picada da fêmea do mosquito *Aedes aegypti*. Os riscos são muitos e a taxa de letalidade é preocupante, caracterizando-a como uma doença endêmica definida:

- (A) por um aumento no número de casos em várias regiões em relação ao que seria esperado normalmente.
- (B) pela disseminação mundial de uma doença quando um agente infeccioso se espalha ao redor do mundo.
- (C) pela recorrência em uma região, seguindo um padrão relativamente estável que prevalece com base na média histórica de ocorrência.
- (D) por um aumento repentino e inesperado de casos em uma determinada região ou comunidade.

QUESTÃO 17

Os movimentos sociais são grupos de pessoas que se unem com pautas comuns desejando conquistar direitos relacionados a essas pautas. O teórico francês Alain Touraine diz que os movimentos sociais se definem em três princípios: de identidade, de oposição e de totalidade. O Movimento Negro Unificado tem suas raízes na luta histórica contra a escravidão e seus efeitos, sendo marcado pela defesa

- (A) de conquistas no âmbito social, político e econômico e pela luta contra o racismo e suas implicações.
- (B) do direito de acesso à terra e luta contra a propriedade privada e contra o marco temporal.
- (C) do meio ambiente em sua totalidade (água, solo, flora e fauna) e contra o desmatamento e as queimadas provocadas pelo modelo de sociedade.
- (D) de conquistas pelo direito ao trabalho e ao lazer, contra as alterações e as perdas provocadas pela ação de políticas neoliberais.

QUESTÃO 18

O Brasil possui 520 parques eólicos, com 13 gigawatts de capacidade instalada. A maior parte desses parques estão no Nordeste. Considerando suas características, sabe-se que tais estruturas:

- (A) podem ser construídas com maior rapidez próximas às regiões de consumo resultando em economia no custo e tem o uso de gás natural como alternativa menos poluente.
- (B) são limpas e renováveis, não poluentes, podendo ainda ser usadas em áreas isoladas da rede de eletricidade, além de ter mínima necessidade de manutenção.
- (C) são flexíveis em relação ao conjunto de fontes que podem ser utilizadas na sua geração embora causem impactos ambientais.
- (D) possuem baixo custo de instalação e diminuem a emissão de gases embora provoquem impactos relativos tanto ao desaparecimento de espécies da fauna quanto ao barulho das turbinas.

QUESTÃO 19

Leia o texto a seguir.

“Se descesse do céu um anjo e dissesse que a minha morte ajudaria a salvar a Amazônia, morreria de bom grado. Mas a história tem nos mostrado que não são atos públicos numerosos e concorridos que vão salvar a Amazônia. Por isso, eu quero viver”.

Disponível em: <<https://www.brasilefato.com.br/2023/12/22/dor-e-legado-revolucionario-morte-de-chico-mendes-completa-35-anos>>. Acesso em: 09 fev. 2024.

O texto mencionado é atribuído ao líder ambientalista Chico Mendes, assassinado em 1988. Uma das lutas do Chico Mendes foi em defesa

- (A) da liberdade de culto e religião, bem como pelo fim da escravidão colonial no Brasil.
- (B) da Terra Indígena Vale do Javari e contra o avanço do garimpo, do narcotráfico e do agronegócio.
- (C) dos povos originários, contra o marco temporal para demarcação das terras indígenas no Brasil.
- (D) dos povos da floresta, dos seringais e da criação de reservas para extrativistas e indígenas.

QUESTÃO 20

Leia a charge a seguir.



Disponível em: <<https://brainly.com.br/tafe/42048252>>. Acesso em: 13 fev. 2024.

A popularização da internet alterou completamente a vida social, os relacionamentos e as diferentes formas de comunicação entre as pessoas. A charge apresenta o impacto da internet na vida dos indivíduos, inclusive em relação:

- (A) à virtualização exagerada das relações humanas, alterando antigas práticas de sociabilidade entre crianças.
- (B) ao aumento da depressão entre crianças e jovens ocasionado pelo uso exacerbado das redes sociais.
- (C) à necessidade de exposição entre os jovens numa sociedade de espetáculo.
- (D) à perda de privacidade no mundo virtual e aos riscos ocasionados pelo fenômeno do *stalker*.

RASCUNHO

RASCUNHO

QUESTÃO 21

No sistema operacional Windows 10, é possível encontrar as funcionalidades de atalhos (no teclado) para manipular arquivos e funções dentro de diferentes softwares. Para abrir uma nova aba dentro do navegador Google Chrome (versão português), é usado o atalho:

- (A) Ctrl + C
- (B) Ctrl + X
- (C) Ctrl + T
- (D) Ctrl + V

QUESTÃO 22

É possível encontrar diferentes tipos de softwares e aplicativos nos Sistemas Operacionais (SO). No SO Windows, é possível encontrar softwares associados às categorias de busca na web e desenho, a saber:

- (A) Navegador – Paint.
- (B) Sistema Operacional – Debian.
- (C) Navegador – Microsoft Edge.
- (D) Leitor de Texto – Microsoft Windows.

QUESTÃO 23

Um “cliente de correio eletrônico/*e-mail*” é um programa que permite enviar, receber e personalizar mensagens de correio eletrônico. São considerados clientes de e-mail os programas:

- (A) Outlook Express, Thunderbird e Filezilla.
- (B) Thunderbird, Outlook Express e Eudora.
- (C) Microsoft Outlook, Fedora e Outlook Express.
- (D) Netbeans, Evolution e Thunderbird.

QUESTÃO 24

Existem diferentes tipos de aplicações utilizadas para manipulação de arquivos, as mais comuns são as consideradas “software livre” e “software proprietário”. No caso de software livre, o “LibreOffice Impress” é uma ferramenta que permite manusear o seguinte tipo:

- (A) planilhas eletrônicas.
- (B) documentos de texto.
- (C) bancos de dados.
- (D) apresentação de slides.

QUESTÃO 25

No Windows, a extensão dos arquivos permite que o sistema trate cada um deles de forma diferente. As três extensões que representam arquivos do tipo: texto, imagem e planilha de dados são, respectivamente:

- (A) CSV, GIF, JPG.
- (B) GIF, JPG, PNG.
- (C) TXT, JPG, XLSX.
- (D) DOCX, PNG, JPG.

RASCUNHO

QUESTÃO 26

De acordo com a regras éticas do serviço público, é vedado ao servidor público:

- (A) abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público.
- (B) facilitar a fiscalização de todos atos ou serviços por quem de direito devem ser monitorados e fiscalizados.
- (C) participar dos movimentos e estudos que se relacionem com a melhoria do exercício de suas funções.
- (D) prejudicar deliberadamente a reputação de outros servidores ou de cidadãos que deles dependam.

QUESTÃO 27

De acordo com a Lei nº 9.784/99, é legitimado como interessado no processo administrativo:

- (A) pessoas físicas ou jurídicas que o terminem como titulares de direitos ou interesses individuais.
- (B) organizações que, por terem iniciado o processo, têm direitos que possam ser afetados pela decisão.
- (C) organizações e associações representativas, no tocante a direitos e interesses coletivos.
- (D) pessoas ou as associações de fato constituídas quanto a direitos ou interesses difusos.

RASCUNHO**QUESTÃO 28**

De acordo com a Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), o Interessado informado do extravio da informação solicitada, poderá

- (A) requerer à autoridade competente a imediata abertura de sindicância para apurar o desaparecimento da respectiva documentação e o responsável pela guarda da informação extraviada deverá, no prazo de 10 (dez) dias, justificar o fato e indicar testemunhas que comprovem sua alegação.
- (B) requerer à autoridade competente a imediata abertura de inquérito policial para apurar o desaparecimento da respectiva documentação e o responsável pela guarda da informação extraviada deverá, no prazo de 15 dias, justificar o fato e indicar testemunhas que comprovem sua alegação.
- (C) ingressar judicialmente com o pedido de informações, via Habeas Data para apurar o desaparecimento da respectiva documentação e o responsável pela guarda da informação extraviada deverá, no prazo de 10 dias, justificar o fato e indicar testemunhas que comprovem sua alegação.
- (D) ingressar judicialmente com o pedido de informações, via Mandado de Segurança para apurar o desaparecimento da respectiva documentação e o responsável pela guarda da informação extraviada deverá, no prazo de 15 dias, justificar o fato e indicar testemunhas que comprovem sua alegação.

QUESTÃO 29

De acordo com o Decreto nº 7.724/2012, as informações classificadas como documentos de guarda permanente que forem objeto de desclassificação serão encaminhadas:

- (A) ao Museu Nacional.
- (B) à Câmara dos Deputados.
- (C) ao Arquivo Nacional.
- (D) à Biblioteca Nacional.

QUESTÃO 30

De acordo com o Decreto nº 930/2019, o agente público somente poderá ser responsabilizado por suas decisões ou opiniões técnicas se:

- (A) agir com imprudência, negligência ou imperícia ou cometer erro grosseiro, no desempenho de suas funções.
- (B) agir ou se omitir com dolo, direto ou eventual, ou cometer erro grosseiro, no desempenho de suas funções.
- (C) agir ou se omitir com dolo, direto ou eventual, ou cometer erro sutil, no desempenho de suas funções.
- (D) agir com imprudência, negligência ou imperícia, ou cometer erro sutil, no desempenho de suas funções.

QUESTÃO 31

Alguém que observe o que se passa em algumas cidades brasileiras não pode deixar de se espantar com uma situação de certo modo curiosa em relação à educação escolar: uma escola pública municipal organizada com base em ciclos de aprendizagem e, no mesmo bairro desta, uma escola pública estadual organizada por séries escolares.

Esta situação pode ser explicada pelo fato de que:

- (A) o controle do que ocorre com as escolas brasileiras é precário e insuficiente, o que explica a situação anômala no qual uma escola pública estadual apresenta organização diferente de uma escola pública municipal situada na mesma região.
- (B) a legislação brasileira demarca aquilo que é próprio ao sistema de ensino federal, estadual e municipal, mas também lhes confere autonomia, possibilitando diferentes modos de organização do trabalho escolar.
- (C) o Conselho Municipal de Educação não exerceu sua função regulatória e colaborativa com o poder público estadual, resultando na situação disfuncional na qual escolas da mesma cidade apresentam formas de organização distintas.
- (D) a câmara de vereadores e a prefeitura do município agiram em conjunto de modo a contemplar um aspecto não previsto na legislação brasileira, a saber: a liberdade de estados e municípios organizarem seus próprios sistemas de ensino.

QUESTÃO 32

O ensino ofertado por instituições privadas marcou durante um longo período a história da educação brasileira, fato que começa a ganhar outras nuances na primeira metade do século XX com o fortalecimento e expansão da escola pública. A oferta de ensino pela iniciativa privada é mencionada diretamente pela Constituição Federal de 1988 que, em seu Art. 209, estabelece que

- (A) o ensino escolar e o ensino superior são de livre exercício pela iniciativa privada, cabendo às respectivas entidades associativas do referido setor a regulação e a avaliação das unidades escolares.
- (B) as escolas privadas, excetuando as escolas confessionais e as filantrópicas, gozam de autonomia plena no que concerne à sua criação, funcionamento e ampliação, cabendo ao poder público estritamente a avaliação do ensino ofertado.
- (C) o ensino é livre à iniciativa privada, na condição de que esta cumpra as normas gerais da educação nacional e na condição que seja autorizado e avaliado, no tocante à sua qualidade, pelo Poder Público.
- (D) as escolas privadas, excetuando-se as filantrópicas, gozam de autonomia financeira, curricular e de gestão, incumbido o poder público a aferição do perfil do corpo docente e das condições estruturais da unidade escolar.

QUESTÃO 33

Leia o caso a seguir.

No intervalo entre as aulas, a professora A.P. e o professor R.A. aproveitaram para conversar sobre o livro didático a ser escolhido para os próximos anos. Folheando um dos livros disponíveis, a professora chama a atenção para o fato de que as mulheres naquele livro sempre aparecem cuidando dos filhos ou lidando com os afazeres domésticos em suas casas. Quanto aos homens, nota a professora, sempre aparecem lidando com aquilo que é externo ao universo da casa. Os homens aparecem em seus empregos ou praticando esportes. Ela se pergunta: será que o cuidado com as crianças e a responsabilidade pelo cotidiano da casa é obrigação exclusiva das mulheres?

A partir do conteúdo analisado pela professora nos livros didáticos, é possível constatar que, nas teorias do currículo, o que ela identificou corresponde ao que se denomina de

- (A) currículo inverso.
- (B) currículo integrado.
- (C) currículo real.
- (D) currículo oculto.

QUESTÃO 34

Leia o texto a seguir.

“A atuação da escola consiste na preparação moral e intelectual dos alunos para assumir sua posição na sociedade. O compromisso da escola é com a cultura, os problemas sociais pertencem à sociedade. O caminho cultural em direção ao saber é o mesmo para todos os alunos, desde que se esforcem. Assim, os menos capazes devem lutar para superar suas dificuldades e conquistar seu lugar junto aos mais capazes. Caso não consigam devem procurar o ensino profissionalizante”.

José C. Libâneo, *Democratização da escola pública*. São Paulo: Loyola, 1985, p.8.

O excerto acima demarca diversos aspectos presentes no ideário que, explícita ou veladamente, perpassa a instituição social escola e confere substância à concepção de educação que nela se faz presente. A esse respeito o trecho apresenta elementos de uma concepção de educação do tipo:

- (A) liberal.
- (B) libertária.
- (C) progressista.
- (D) libertadora.

QUESTÃO 35

Fundada nos estudos de L.S. Vygotsky e seus colaboradores, a perspectiva histórico-cultural da psicologia configura um valioso conjunto de conhecimentos sobre o desenvolvimento humano. Se nos orientarmos pela referida perspectiva e assumirmos seus pressupostos é possível considerar, sobre o papel da instituição escolar e dos docentes, que

- (A) a escola é uma instituição central, bem como seus agentes, os docentes, configurando uma instituição historicamente produzida pelas exigências da própria sociedade. Ambos colaboram para o desenvolvimento das aptidões e disposições inatas do indivíduo, de certo modo permitindo o desabrochar daquilo que geneticamente existia *a priori*.
- (B) o trabalho realizado pela escola assume importância relativa, pois é análogo ao de outras instituições sociais, não portando, pois, nenhuma particularidade. Trata-se de constituir um processo de aculturação dos educandos para, tomando-os como folhas em branco, iniciar processos efetivos de aprendizagem cujos resultados são visíveis no decorrer do longo período da escolarização.
- (C) compreendem as duas faces da mesma moeda ocupando, ambos, papéis secundários no desenvolvimento de funções psicológicas superiores. Este aparente paradoxo ocorre porque a escola é uma instituição social como qualquer outra e, por conseguinte, não é portadora de nenhuma especificidade na socialização natural que tem lugar na interação entre o organismo biológico e o meio-ambiente.
- (D) a escola, como instituição ligada à cultura, e o docente, como sujeito que organiza o processo sistemático do ensino, ocupam, nesse domínio, papel de grande relevância. Sendo instrumentos e signos constituídos e não dados naturalmente aos seres humanos, abre-se a questão do desenvolvimento humano ligado à apropriação da cultura como patrimônio elaborado pela própria humanidade.

QUESTÃO 36

Leia o caso a seguir.

A jovem L.R. mora com seus pais e deseja começar a trabalhar, pois sonha ter mais autonomia e poder também ajudar com as despesas da casa. Não pertencendo a uma família abastada, L.R. sabe das dificuldades financeiras de seus pais e quer ajudar. Ela tem 15 anos, cursa o primeiro ano do ensino médio e quer se matricular na Educação de Jovens e Adultos na escola de seu bairro, o que lhe permitiria conciliar o trabalho e o estudo.

Conforme o disciplinado pela LDB nº 9.394/1996 em seu art. 37 a respeito da Educação de Jovens e Adultos, a referida jovem ao procurar a escola provavelmente terá

- (A) seu caso analisado e, se comprovada a necessidade de conciliar estudo e trabalho, poderá estudar na educação de jovens e adultos na escola mais próxima de sua residência.
- (B) sua solicitação de matrícula indeferida, visto que a Educação de Jovens e Adultos se destina aos que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou ao ensino médio na idade própria, o que não é o caso da jovem L.R.
- (C) seu pedido deferido, pois a educação escolar de ensino fundamental e médio corresponde ao que a Lei disciplina como direito público subjetivo.
- (D) seu pedido deferido se a escola dispuser de vagas para o ensino médio, visto que a educação deve ser compreendida como um direito à aprendizagem ao longo da vida.

QUESTÃO 37

Conforme Art. 4ª da LDB nº 9.394/1996, o atendimento gratuito e especializado aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação configura-se como um direito que deve ser

- (A) garantido aos educandos matriculados na educação básica obrigatória das escolas públicas, excluindo as modalidades de ensino.
- (B) assegurado aos alunos de escolas públicas e privadas, excluindo a educação de jovens e adultos e a educação profissional e tecnológica.
- (C) transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente realizado na rede regular de ensino.
- (D) instituído e estendido a todos os matriculados na educação básica, sendo não aplicável ao nível superior de ensino.

QUESTÃO 38

Leia o caso a seguir.

M.J. estava residindo em uma pequena cidade próxima à Bogotá (Colômbia) e é mãe de uma criança com cinco anos de idade, completados em janeiro de 2024. Em fevereiro de 2024 a mãe e filha acabam de retornar ao Brasil. M.J. está com dúvida se deve matricular sua filha na escola ou se poderia aguardar até o próximo ano.

A respeito do caso descrito, considerando a LDB nº 9.394/1996, a mãe deverá:

- (A) necessariamente matricular sua filha na escola, pois a Educação Básica obrigatória no Brasil corresponde ao período de quatro aos dezessete anos.
- (B) escolher entre matricular ou não sua filha, pois o período de educação escolar obrigatório no Brasil compreende o período de seis aos dezessete anos.
- (C) matricular sua filha, pois todas as etapas e modalidades da Educação Básica no Brasil configuram-se como obrigatórios.
- (D) eventualmente matricular sua filha, porém ainda não é obrigada a fazê-lo, pois o período de educação escolar obrigatória ainda não teve início.

QUESTÃO 39

Leia o texto a seguir.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é taxativo na defesa da liberdade e da dignidade da criança e do adolescente, e aborda diretamente o que caracteriza o castigo físico e o tratamento degradante.

O referido estatuto, notadamente em seu Art.18-A e 18-B, chama atenção para a responsabilidade dos pais e de todos os agentes, públicos ou não, encarregados de cuidar das crianças e adolescentes, observando que no caso de castigos físicos, tratamento cruel ou degradante, os pais e os mencionados agentes estarão sujeitos, sem prejuízo de outras sanções, a medidas de intervenção aplicadas conforme a gravidade do caso.

LEI Nº 13.010, DE 26 DE JUNHO DE 2014. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13010.htm>. Acesso em: 24 fev. 2024. [Adaptado].

Quando os direitos da criança e do adolescente forem ameaçados ou violados às seguintes medidas deverão ser aplicadas:

- (A) direcionamento a programas de acompanhamento psiquiátrico e/ou psicológico; encaminhamento aos serviços de assistência social; garantia de tratamento adequado às vítimas e aos seus familiares; atendimento nas delegacias de infância e juventude, com o consequente encaminhamento ao respectivo juizado, conforme o caso.
- (B) encaminhamento a programa policial de proteção à vítima; encaminhamento à tratamento psicológico; encaminhamento à cursos ou programas de orientação; obrigação de encaminhar a criança a tratamento especializado; garantia de tratamento de saúde à vítima; advertência e, em caso de reincidência, encaminhamento para autoridade policial.
- (C) direcionamento aos programas oficiais de proteção à família; direcionamento ao conselho tutelar e às autoridades competentes no caso de violência física ou psicológica; obrigação de encaminhar a criança ao tratamento especializado, salvo nas situações nas quais se comprove efetiva impossibilidade.
- (D) encaminhamento a programa oficial ou comunitário de proteção à família; encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico; encaminhamento a cursos ou programas de orientação; obrigação de encaminhar a criança a tratamento especializado; advertência; garantia de tratamento de saúde à vítima.

QUESTÃO 40

A gestão democrática das escolas é um princípio importante e presente em diversos dispositivos normativos da educação brasileira. Em seu Art.14, a LDB nº 9.394/1996 aborda o tema da gestão democrática do ensino público, destacando que as Leis dos estados, dos municípios e do distrito federal deverão observar dois princípios fundamentais:

- (A) o da integração da comunidade escolar ao projeto educativo da escola; e o da participação dos profissionais da educação nos respectivos conselhos estadual e municipal de educação.
- (B) o da mobilização da comunidade escolar para as eleições do corpo diretivo da unidade escolar; e o da participação dos profissionais da educação, quando habilitados em nível superior, na elaboração do projeto pedagógico da escola.
- (C) o da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; e o da participação das comunidades escolar e local em Conselhos Escolares e em Fóruns dos Conselhos Escolares ou equivalentes.
- (D) o do acolhimento à comunidade escolar; e o da participação pela competência técnica, o que atribui a elaboração da proposta pedagógica da escola ao grupo diretivo da respectiva unidade escolar.

QUESTÃO 41

Leia o caso a seguir.

Recém-inaugurada, uma faculdade privada localizada em um município próximo à Rio Branco, Acre, vai ter sua primeira turma de formandos em 2024.

Considerando o que dispõe a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional sobre a composição dos sistemas de ensino, a referida instituição pertence ao sistema de ensino

- (A) particular.
- (B) federal.
- (C) municipal.
- (D) estadual.

QUESTÃO 42

A questão do financiamento vem se constituindo num ponto chave do debate sobre a qualidade da educação no Brasil. A Constituição Federal de 1988 trata diretamente do assunto e determina percentuais mínimos a serem aplicados pelos diferentes entes federativos. Disto resulta que a União

- (A) deve aplicar, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino, inclusive na remuneração condigna de seus profissionais.
- (B) pode aplicar, anualmente, nunca menos de vinte, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e dois por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino, inclusive na remuneração condigna dos profissionais da educação.
- (C) deve aplicar, anualmente, nunca menos de quinze, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e dois por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino, excluindo os valores a serem aportados para a remuneração de seus profissionais.
- (D) cabe aplicar, anualmente, nunca menos de vinte e sete, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e um por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino, excluindo os valores a serem aportados para a remuneração dos profissionais da educação.

QUESTÃO 43

Leia o texto a seguir.

“Seu papel [o da escola] é difundir a instrução, transmitir os conhecimentos acumulados pela humanidade e sistematizados logicamente. O mestre-escola será o artífice dessa grande obra. A escola se organiza, pois, como uma agência centrada no professor, o qual transmite, segundo uma gradação lógica, o acervo cultural aos alunos. A estes cabe assimilar os conhecimentos que lhes são transmitidos [...]. Como as iniciativas cabiam ao professor, o essencial era contar com um professor razoavelmente bem-preparado. Assim, as escolas eram organizadas na forma de classes, cada uma contando com um professor que expunha as lições que os alunos seguiam atentamente e aplicava os exercícios que os alunos deveriam realizar disciplinadamente”.

Dermeval Saviani, *Escola e Democracia*. 32ª ed. Campinas: Autores Associados, 1999, p.18.

No trecho acima, a concepção de educação que se faz presente é a concepção

- (A) freiriana.
- (B) histórico-crítica.
- (C) renovada.
- (D) tradicional.

QUESTÃO 44

Sobre a questão educativa de como os indivíduos se constituem e chegam ao desenvolvimento do pensamento racional, a resposta dada pelos estudiosos do desenvolvimento humano guarda diferenças importantes. No caso de Jean Piaget, três fatores centrais devem ser considerados como aqueles que diretamente concorrem para a formação do pensamento racional, são eles

- (A) a capacidade inata de reflexão, aspecto próprio a todo ser humano; o atributo de distinguir diferentes padrões, elemento que se desenvolve no estágio operatório-formal; o desenvolvimento da linguagem, aspecto socialmente construído.
- (B) o desenvolvimento sensório-motor, aspecto que permite a interação com o meio; o desenvolvimento da percepção, o que favorece a atenção para as particularidades do meio ambiente; a constituição da capacidade proprioceptiva, o que permite as trocas sociais.
- (C) a maturação nervosa, que funciona como condição para o desenvolvimento; a experiência, física sobre o meio ambiente e a lógico-matemática; e as interações e transmissões sociais.
- (D) a formação da capacidade de julgamento e a constituição do juízo moral; o desenvolvimento da capacidade proprioceptiva; a maturação das funções de atenção e vigilância.

QUESTÃO 45

No contexto da criação de dispositivos que efetivem a gestão democrática da escola, a legislação brasileira instituiu os Conselhos Escolares. Conforme a LDB nº 9.394/1996, o Conselho Escolar é um órgão

- (A) consultivo, composto por membros eleitos pela própria comunidade escolar, tais como professores, pais, alunos e o diretor da unidade escolar.
- (B) deliberativo, composto pelo diretor da unidade escolar, na condição de membro nato, e por representantes da comunidade escolar e local.
- (C) consultivo, composto pelo diretor do estabelecimento, na condição de membro nato, e por demais representantes da comunidade escolar, incluindo os alunos.
- (D) deliberativo, composto exclusivamente pelos professores da unidade escolar, pelos coordenadores e supervisores.

QUESTÃO 46

Na educação de jovens e adultos, os exames de certificação são instrumentos importantes mobilizados pelo poder público, destinados para aqueles que não puderam concluir o ensino fundamental e o ensino médio. Estes exames são aplicados no nível de conclusão

- (A) da primeira etapa do ensino fundamental, para os maiores de catorze anos, e da segunda etapa do ensino fundamental, para os maiores de dezesseis anos; e no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de vinte e um anos.
- (B) do ensino fundamental, para os maiores de catorze anos; e no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezessete anos.
- (C) da primeira etapa do ensino fundamental, para os maiores de doze anos, e da segunda etapa do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos; e no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.
- (D) do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos; e no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

QUESTÃO 47

Criada em 6 de julho de 2015, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência representa um marco importante na efetivação e ampliação dos direitos das pessoas com algum tipo de deficiência ou que requeiram cuidados especiais. No que se refere especificamente à educação, a mencionada Lei assegura sistema educacional inclusivo

- (A) em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida.
- (B) para educandos da educação básica, na condição de estarem no período da educação escolar obrigatória.
- (C) no ensino fundamental e no ensino médio, excluindo a educação de jovens e adultos e a educação profissional.
- (D) nas etapas, segmentos e modalidades da educação básica, excluindo o ensino superior.

RASCUNHO

QUESTÃO 48

A Lei nº 13.005/2014 institui o Plano Nacional de Educação (PNE), cuja vigência de dez anos se encerra neste ano de 2024. As concepções que balizam o texto do PNE e orientam suas ações podem ser vistas no Art. 2ª da referida Lei quando trata das diretrizes que o embasam. Entre estas diretrizes do PNE podem ser indicadas:

- (A) promoção do princípio de igualdade entre todos os brasileiros; universalização do atendimento escolar na educação básica obrigatória; melhoria da qualidade da educação; formação profissional para o mercado; promoção de concurso público como garantia de gestão democrática da educação; promoção humanística, científica, cultural do país; valorização dos (as) profissionais da educação; promoção do combate às desigualdades entre as diversas regiões do Brasil.
- (B) universalização da oferta da educação básica obrigatória; universalização da educação superior, ofertando-a a todos aqueles que a ela não tiveram acesso em idade própria; melhoria da qualidade da educação básica e superior; formação profissional e tecnológica em consonância com as demandas regionais; promoção humanística, científica, cultural do país; promoção do combate às desigualdades entre as diversas regiões do Brasil.
- (C) erradicação do analfabetismo; universalização do atendimento escolar; superação das desigualdades educacionais; melhoria da qualidade da educação; formação para o trabalho e para a cidadania; promoção do princípio de gestão democrática da educação pública; promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do país; valorização dos (as) profissionais da educação; promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.
- (D) garantia da oferta da educação básica obrigatória e do ensino superior a todos os brasileiros, inclusive aos não tiveram acesso a esses níveis de ensino na idade própria; melhoria da qualidade da educação básica e superior; avaliação da qualidade da educação básica e superior; formação profissional e tecnológica em consonância com as demandas regionais; promoção do combate às desigualdades entre as diversas regiões do Brasil; promoção da formação humanística, científica e cultural dos cidadãos brasileiros; adoção de práticas inclusivas em todos os níveis e etapas da educação nacional.

QUESTÃO 49

Em seu Art. 53, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) trata textualmente dos direitos das crianças e adolescentes no tocante à educação escolar. Conforme o referido artigo, configuram-se como direitos das crianças e adolescentes:

- (A) direito de ser avaliado conforme seu percurso pessoal de aprendizado, sem uso de provas ou dispositivos didáticos que possam gerar constrangimento; direito de receber materiais escolares e transporte até a escola, conforme a necessidade; direito de participação, no caso dos estudantes do ensino médio, em entidades estudantis; acesso à escola pública, gratuita, laica e coeducativa mais próxima de sua residência.
- (B) igualdade de acesso à educação escolar de qualidade; direito a ser ouvido, a receber atenção e ter suas demandas encaminhadas à secretaria de educação pela unidade escolar; direito de ser avaliado conforme seu percurso pessoal de aprendizado, inclusive a refazer exames quando comprovadamente não puder comparecer a uma avaliação; direito de receber materiais escolares e transporte até a escola, quando não puder arcar com os respectivos custos.
- (C) direito de ser respeitado pela comunidade escolar; direito de ser avaliado conforme sua condição de ingresso e desenvolvimento do aprendizado ao longo do percurso escolar, sem uso de provas ou testes, privilegiando uma avaliação qualitativa; direito de receber materiais escolares e transporte até a escola, quando não puder arcar com os respectivos custos.
- (D) igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; direito de ser respeitado por seus educadores; direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores; direito de organização e participação em entidades estudantis; acesso à escola pública e gratuita, próxima de sua residência, garantindo-se vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica.

QUESTÃO 50

Diante de questões complexas e multifacetadas, uma ação do Poder Público que seja segmentada ou isolada possui curto alcance. A noção de sistema responde justamente a isso, pois traz com ela a necessária coordenação de ações numa direção comum e intencional. Este é o espírito da Lei nº 12.594/2012, que institui o SINASE e o define como

- (A) sistema coordenado de iniciativas do Poder Público, circunscritas à esfera federal e estadual, e sob incumbência destas, que envolvem a execução de medidas socioeducativas e respectivos programas de atendimento, bem como todos os planos, políticas de acolhimento ao adolescente que tenha incorrido em ato infracional.
- (B) conjunto ordenado de princípios, regras e critérios que envolvem a execução de medidas socioeducativas, incluindo-se nele, por adesão, os sistemas estaduais, distrital e municipais, bem como todos os planos, políticas e programas específicos de atendimento a adolescente em conflito com a Lei.
- (C) organização, pelo poder público, do arcabouço legal e procedimental das ações concernentes aos adolescentes em conflito com a Lei, bem como da coordenação dos programas e ações de atendimento desenvolvidos e ofertados pela União, pelos sistemas estaduais e municipais.
- (D) disposições, princípios e normas que balizam a oferta e o desenvolvimento, pela União, de programas de atendimento ao adolescente em conflito com Lei, incluindo-se nele, por adesão, os sistemas estaduais, distrital e municipais de apoio ao adolescente em cumprimento de medidas socioeducativas.

QUESTÃO 51

Cada país possui um modo próprio de organização da educação escolar no que diz respeito a suas etapas, segmentos e idades de ingresso. O Brasil, desde 1996, com a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, adota o conceito de Educação Básica. Esta compreende a educação infantil para crianças de

- (A) até cinco anos; o ensino fundamental, com início aos seis anos e com duração de nove anos; e o ensino médio, com duração mínima de três anos.
- (B) até seis anos; o ensino fundamental, com início aos sete anos completos e com duração de oito anos; e o ensino médio, com duração mínima de três anos.
- (C) até quatro anos em creches e jardins de infância; o ensino fundamental, com início aos cinco anos completos e com duração de nove anos; e o ensino médio, com duração mínima de três anos.
- (D) dois a seis anos; o ensino fundamental, com início aos sete anos e com oito anos de duração; e o ensino médio, com três anos de duração, excluindo o ensino profissional.

QUESTÃO 52

A associação de moradores de uma comunidade situada numa cidade vizinha a Rio Branco, capital do Acre, organizou em conjunto com a escola local um projeto tendo em vista promover naquela comunidade a cultura da paz e ações de justiça restaurativa. O projeto busca ser financiado pelos recursos do Poder Judiciário oriundos da execução da pena de prestação pecuniária. Outros projetos também pleiteiam o mesmo recurso. São projetos elaborados por instituições públicas, por associações sem fins lucrativos, por empresas privadas e até mesmo há projetos individuais apresentados por pessoa física. A destinação dos mencionados recursos é disciplinada pela Resolução nº 154/2012, do Conselho Nacional de Justiça. Esta observa que, quando não destinada à vítima ou aos seus dependentes, os recursos serão

- (A) necessariamente orientados para as Parcerias Público-Privadas (PPP) e suas respectivas entidades, desde que sem fins lucrativos, previamente conveniadas ao Poder Público e na condição de atenderem áreas socialmente prioritárias, como segurança, saúde e educação.
- (B) preferencialmente destinados às Parcerias Público-Privadas (PPP) e suas respectivas entidades previamente conveniadas, ou para atividades de caráter exclusivo e essencial à segurança pública, educação e saúde, desde que estas atendam às áreas vitais de relevante cunho social.
- (C) necessariamente utilizados por entidades públicas e suas respectivas unidades previamente conveniadas ao Poder público, na condição de apresentarem consequente projeto e atenderem áreas socialmente prioritárias, como segurança, saúde e educação, vedada a participação de entidades privadas.
- (D) preferencialmente destinados à entidade pública ou privada com finalidade social, previamente conveniada, ou para atividades de caráter essencial à segurança pública, educação e saúde, desde que estas atendam às áreas vitais de relevante cunho social.

QUESTÃO 53

Prática ainda pouco adotada no Brasil, a Justiça Restaurativa vem se firmando como uma importante iniciativa de efetivação da justiça. A Justiça Restaurativa é definida como

- (A) uma forma sistematizada de prestação de pena, exclusiva aos infratores que cometeram crimes de menor gravidade, no qual os infratores devem exercer atividades laborais em favor das vítimas, o que configura uma relevante alternativa à pena tradicional.
- (B) um processo no qual a pena tradicional é substituída pela pena alternativa, o que implica infrator e vítima, sob a mediação de alguém externo ao conflito, em uma ação cooperativa na construção das formas possíveis da pena e efetivação da justiça na reparação do dano sofrido.
- (C) uma via por meio do qual infrator e vítima, em um processo cooperativo e mediado, buscam a solução do conflito ou ações que possam reparar o dano causado por ocasião da infração cometida, não implicando prejuízo às ações cabíveis relativas à pena tradicional.
- (D) um modo cooperativo de resolução de conflitos no qual a vítima e o infrator entram em acordo sobre o modo de reparação do dano em troca da desistência de ações em curso na esfera criminal ou cível, configurando assim um importante meio para diminuir o número de processos no sistema judiciário.

RASCUNHO**QUESTÃO 54**

Criado no Brasil no início dos anos 2000, o Programa Bolsa Família se configura como um importante programa social no âmbito das ações do Estado, contando, inclusive, com reconhecimento internacional pelo mérito e êxito de suas ações. O Bolsa Família se caracteriza como um programa

- (A) de pagamento mensal de valores às famílias com renda per capita inferior a dois salários-mínimos, cujo montante incorpora vale-gás, auxílio creche e farmácia popular, devendo seus beneficiários se comprometerem a manter seus dados atualizados no Cadastro Único do Governo Federal.
- (B) de transferência condicionada de renda para famílias em situação de pobreza, no qual os beneficiários devem cumprir exigências em relação à saúde e à escolarização dos filhos, o que implica acompanhamento pré-natal, vacinação, acompanhamento do estado nutricional e manutenção das crianças e jovens na escola.
- (C) de distribuição de renda, com transferência condicionada para famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza, em que seus beneficiários, a partir de dezoito anos de idade completos, devem se inscrever nos programas federais de capacitação e qualificação profissional.
- (D) de qualificação e desenvolvimento social, pois busca vincular a permanência no programa ao ingresso do beneficiário em programas de capacitação e formação profissional e vincular o recebimento do benefício à permanência das crianças na escola, o que possibilita acabar com o ciclo de pobreza na família.

RASCUNHO

QUESTÃO 55

Em diversos documentos da Organização das Nações Unidas e outras importantes instituições, a educação escolar aparece como elemento de destaque quando o assunto é gênero e sexualidade. Trata-se de um assunto de fato importante e que exige bem compreender a lugar da escola face a ele, bem como compreender os conceitos envolvidos. Nesse sentido, uma adequada abordagem do tema envolve considerar que

- (A) sexualidade, gênero e identidade sexual configuram-se como aspectos estruturantes invariáveis da personalidade, fixando o indivíduo em sua condição geneticamente estabelecida por toda sua vida. É essa condição fixada na gênese do indivíduo que deve ser respeitada e acolhida. O papel da escola é justamente contribuir no acolhimento das diferenças e no combate à desigualdade, por isso a escola é colocada como central para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.
- (B) opção sexual e identidade de gênero são as duas faces de uma mesma moeda, isto no sentido de que os referidos termos dizem respeito ao exercício da escolha, pelo sujeito, de como projeta viver sua sexualidade. A escola é chamada ao assunto por ser uma instituição repressiva, portanto capaz de eliminar as disposições dos indivíduos, conformando suas escolhas e, mais amplamente, seus corpos ao padrão heteronormativo de nossa sociedade.
- (C) identidade de gênero, sexualidade e sexo se apresentam como elementos invariantes na vida do indivíduo, pois estabelecida na condição biológica, seu desenvolvimento é a maturação daquilo que foi informado nos genes da pessoa. A escola é, nesse sentido, instituição da maior relevância, pois favorece a inclusão social e a luta contra a discriminação.
- (D) gênero e sexualidade são compreendidos como construções sociais, o que implica pensar a construção social das diferenças e da própria desigualdade. A escola é chamada a lidar com o tema porque o trabalho sistematizado, cientificamente fundamentado e de largo alcance que desenvolve junto à população em idade escolar, a coloca como instituição central no combate à violência, à discriminação e na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

QUESTÃO 56

No âmbito da didática se firmou nas últimas décadas a compreensão de que é preciso repensar o modo de ensinar na educação básica e, também, no ensino superior. A importância que vem sendo dada às metodologias ativas no ensino responde justamente a isso. As metodologias ativas correspondem a processos pedagógicos nos quais os alunos

- (A) ocupam lugar central, pois passam a ser os protagonistas do processo de ensino-aprendizagem ao se envolverem ativamente nas atividades de estudo e exercerem sua autonomia, a exemplo da Aprendizagem Baseada em Problemas.
- (B) são considerados os atores fundamentais do processo pedagógico, sendo dispensável o trabalho do professor, a exemplo do que se verifica na adoção das metodologias de Sala de Aula Invertida e na Aprendizagem Baseada em Problemas.
- (C) representam o ponto de partida do processo pedagógico, mas no qual aquele que ocupa lugar central é o professor, sendo um bom exemplo dessa metodologia a Aula Magistral.
- (D) integram o processo pedagógico numa condição passiva típica do ensino tradicional e em ações integralmente estruturadas, determinadas e sequenciadas pelo professor, a exemplo dos seminários acadêmicos e da aula magistral.

QUESTÃO 57

A Secretaria de Educação de um estado situado na região norte do Brasil desenvolveu um programa de formação de professores de Libras nas escolas. O projeto, bastante exitoso, atendeu professores do ensino médio e foi ao encontro das disposições da legislação nacional sobre a educação da pessoa com deficiência. A referida legislação preconiza que a educação escolar da pessoa com deficiência seja realizada preferencialmente

- (A) em escolas privadas especializadas e, subsidiariamente, em escolas da rede pública.
- (B) nas instituições educacionais especializadas, funcionando em paralelo à rede regular de ensino.
- (C) em escolas da rede regular de ensino, atendendo a toda a Educação Básica.
- (D) nas escolas especializadas em Educação Especial, na condição de serem instituições sem fins lucrativos.

QUESTÃO 58

Leia o caso a seguir.

A.V. é professora da rede estadual de ensino. Tendo já dez anos de experiência profissional docente e sendo formada em Pedagogia em uma qualificada instituição de ensino superior, ela consegue aliar conhecimento e experiência. Por isso, seu espanto quando o novo currículo das escolas da rede estadual trazia e circunscrevia seu discurso aos termos: ensino, avaliação, metodologia, planejamento, organização, eficiência e objetivos. Nada havia ali sobre poder, classe social, assimetrias, desigualdades, cultura, etc. Era precisamente isso que a incomodava.

Com base no caso descrito, é possível inferir que, no âmbito das teorias do currículo, a concepção adotada por aquela rede de ensino corresponde ao que se nomina de currículo

- (A) multicultural.
- (B) pós-crítico.
- (C) prescrito.
- (D) tradicional.

QUESTÃO 59

A Constituição Federal de 1988 trata textualmente das Universidades, definindo o que são e o que compreendem, diferenciando-as, portanto, de outras instituições. Conforme a referida Lei, as Universidades

- (A) são instituições que gozam de autonomia didático-científica e patrimonial, devendo necessariamente exercer as atividades de ensino e pesquisa e, facultativamente, atividades de extensão.
- (B) configuram instituições que gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e devem obedecer ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.
- (C) compreendem instituições que primam pela excelência no âmbito da pesquisa, cuja gestão financeira e patrimonial é atributo do conselho de educação do sistema de ensino correspondente (municipal, estadual ou federal).
- (D) correspondem ao modo de nomeação exclusivo das instituições públicas que gozam de autonomia científica e patrimonial e devem, diferentemente das instituições privadas, obedecer ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

QUESTÃO 60

Em seu art.74, a LDB, Lei nº 9.394/1996, trata da qualidade do ensino e os valores relativos ao seu financiamento. Dando consequência prática e operacional ao que dispõe o referido artigo, os pesquisadores do tema elaboraram um indicador denominado CAQi (Custo Aluno Qualidade Inicial). Presente no atual Plano Nacional de Educação (PNE), esse indicador educacional é um passo importante na efetiva melhoria da qualidade da educação pública brasileira. Conforme o PNE, esse indicador está referenciado

- (A) no conjunto de padrões mínimos estabelecidos na legislação educacional e cujo financiamento será calculado com base nos respectivos insumos indispensáveis ao processo de ensino-aprendizagem e será progressivamente reajustado até a implementação plena do Custo Aluno Qualidade para os educandos de todas as etapas da Educação Básica.
- (B) nos valores médios apurados no último quadriênio do Fundo nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e leva em consideração os insumos indispensáveis ao processo de ensino-aprendizagem, sendo progressivamente reajustado até a implementação plena do Custo Aluno Qualidade para todos os educandos de todas as etapas e modalidades da Educação Básica.
- (C) no valor médio per capita de cada aluno em idade escolar apurado no quadriênio do FUNDEB, excluindo os valores concernentes ao desenvolvimento e manutenção de ensino, devendo ser progressivamente reajustado até a implementação plena do “Custo Aluno Qualidade” para os educandos das escolares brasileiras de Educação Básica públicas e privadas.
- (D) nos valores médios apurados bienalmente no âmbito do FUNDEB e deve levar em consideração todo o conjunto de necessidades de escolas e professores para a boa realização do processo de ensino-aprendizagem, sendo progressivamente reajustado até a implementação plena do “Custo Aluno Qualidade” para todos os educandos da educação básica pública, excluindo a educação profissional.

REDAÇÃO**Instruções**

Você deve desenvolver um dos gêneros oferecidos nas propostas de construção textual. O tema é único para os dois gêneros e deve ser desenvolvido segundo a proposta escolhida. O texto deve ser redigido em prosa. A fuga do tema ou cópia da coletânea anula a redação. A leitura da coletânea é obrigatória. Ao utilizá-la, você não deve copiar trechos ou frases. Quando for necessário, a transcrição deve estar a serviço do seu texto. Independentemente do gênero escolhido, o seu texto **NÃO** deve ser assinado.

Tema:**O DIREITO À LIBERDADE DE EXPRESSÃO NA SOCIEDADE BRASILEIRA**

Coletânea

Texto 1**Liberdade de expressão e a livre manifestação do pensamento****Constituição Federal**

"Art. 5º (...)

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato; (...)

IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação; (...)

Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição."

Disponível em: <<https://www.tjdf.tjus.br/consultas/jurisprudencia/>>. Acesso em: fev. 2024.

Texto 2***Liberdade de expressão não pode ser usada para violar direitos fundamentais***

Por Gustavo Zanfer

Os direitos fundamentais dos cidadãos estão determinados na Constituição Federal brasileira de 1988, que não autoriza qualquer tipo de controle prévio no exercício das atividades intelectual, artística, científica e de comunicação. Todo cidadão brasileiro tem direito, portanto, de se expressar sem sofrer qualquer tipo de retaliação. Entretanto, a liberdade de expressão é usada por vezes como escudo para invadir outros direitos consagrados na Constituição, gerando a necessidade de estabelecer limites para a lei e evitar interpretações equivocadas sobre o que pode e o que não pode ser dito.

Disponível em: <<https://jornal.usp.br/atualidades/liberdade-de-expressao-nao-pode-ser-usada-para-violar-direitos-fundamentais/#:~:text=Você%20não%20pode%20usar%20a,não%20seja%20praticada%20de%20forma>>. Acesso em: fev. 2024.

Texto 3

Na maioria das situações em que está em causa um direito do homem, ao contrário, ocorre que dois direitos igualmente fundamentais se enfrentem, e não se pode proteger incondicionalmente um deles sem tornar o outro inoperante. Basta pensar, para ficarmos num exemplo, no direito à liberdade de expressão, por um lado, e no direito de não ser enganado, excitado, escandalizado, injuriado, difamado, vilipendiado, por outro. Nesses casos, que são a maioria, deve-se falar de direitos fundamentais não absolutos, mas relativos, no sentido de que a tutela deles encontra, em certo ponto, um limite insuperável na tutela de um direito igualmente fundamental, mas concorrente.

Norberto Bobbio

Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/297730/mod_resource/content/0/norberto-bobbio-a-era-dos-direitos.pdf>. Acesso em: fev. 2024.

Propostas de redação**A – Artigo de opinião**

O artigo de opinião é um gênero que assume o caráter argumentativo e tem por finalidade expressar o ponto de vista do autor sobre determinada temática a fim de persuadir seu interlocutor. É comum que esse gênero seja veiculado em mídias de comunicação de massa, como jornais e revistas.

Tendo em vista seu papel de destaque em sua região, você foi convidado(a) por um jornal de grande circulação para que pudesse escrever uma coluna sobre Direito Constitucional explicado à população. Tomando como base a coletânea proposta e o repertório sociocultural adquirido ao longo de sua formação e prática, produza um artigo de opinião para esse jornal sobre o tema: **“O direito à liberdade de expressão na sociedade brasileira”**. Não assine o artigo, tampouco adote nomes fictícios e/ou abreviações.

B – Carta de leitor

O gênero carta de leitor manifesta a opinião do emissor sobre assuntos publicados na mídia, como jornais e revistas, dirigindo-se, comumente, ao(à) autor(a) da matéria veiculada, ou ainda ao(à) representante dessa

mídia, por exemplo, o(a) editor(a). A carta de leitor possui caráter argumentativo e tom persuasivo na busca de convencer o seu interlocutor sobre o ponto de vista apresentado.

Escreva uma carta do leitor direcionada ao Jornal da USP, comentando a matéria: **“Liberdade de expressão não pode ser usada para violar direitos fundamentais”**. Na interlocução com o analista, por meio da carta, discuta pontos importantes da temática proposta. Utilize-se dos textos da coletânea como base para delinear sua premissa e defender seu ponto de vista, além do repertório sociocultural adquirido ao longo de sua formação e prática. Não assine a carta, tampouco adote nomes fictícios e/ou abreviações.

ATENÇÃO

Em qualquer uma das duas propostas que você escolher, o seu texto NÃO deve ser assinado.

FOLHA RASCUNHO

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30